



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**GERTRUDES GALDINO DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DO CAMPO**

**JOÃO PESSOA-PB  
2013**

**GERTRUDES GALDINO DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DO CAMPO**

|  
|  
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do  
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a  
Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Andréa Tôrres Vilar de Farias

**JOÃO PESSOA-PB**  
**2013**

S586 e Silva, Gertrudes Galdino da.

A educação inclusiva na escola do campo / Gertrudes Galdino da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.

59f.

Orientador: Andréa Tôres Vilar de Farias

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância) – UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Inclusão. 3. Práticas pedagógicas. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

**GERTRUDES GALDINO DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DO CAMPO**

**APROVADA EM:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

---

Professora Me. Andréa Torres Vilar de Farias  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

**JOÃO PESSOA**  
**2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que está sempre ao meu lado me dando força e fé para continuar acreditando mesmo com dificuldades de chegar ao término desse curso.

A orientadora Andrea Vilar por ser muito dedicada, compreensiva e competente com os educandos, não deixando que desistisse jamais.

A todos os professores e tutores que me auxiliaram na hora que mais precisei para desenvolver minha pesquisa.

Aos colegas de curso e a minha família que sempre colaboraram de alguma forma para que eu chegasse até o fim dessa jornada.

Dedico as crianças com necessidades especiais e aos seus pais que lutam por igualdade de direitos para seus filhos na escola inclusiva.

**DEDICO**

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças" (Mantoan)

|

## RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular de ensino. Uma vez que a inclusão escolar tem um papel muito importante na vida dos deficientes, principalmente na Educação Infantil que é o princípio da educação escolar, a porta de entrada da criança no sistema escolar. Neste sentido os objetivos deste trabalho são: Analisar a prática do professor de educação infantil relacionada à inclusão de alunos especiais em salas “normais”; Verificar como os professores de educação infantil percebem a inclusão escolar no contexto da escola do campo em classes “normais”; Investigar o conhecimento dos professores sobre a educação inclusiva; Investigar que metodologia os professores desenvolvem no trabalho com crianças com necessidades especiais; Analisar que condições físicas que a escola oferece aos alunos com necessidades especiais; Analisar a importância da educação inclusiva para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. Para tanto, nos baseamos em Gabrilli (2010) que aborda a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência na escola regular. Também nos ancoramos nos estudos de Helena Antipoff (2010) que trata das primeiras escolas para os excepcionais. Sassaki (2006), Ferreira (2001), Ferreira & Martins (2007) e os documentos legais que abordam a educação especial do fenômeno de exclusão a inclusão como a UNESCO (1994). Nos referenciais teóricos buscamos pesquisar sobre a história da Educação Especial no Brasil até chegar às discussões do processo de perspectiva de inclusão. Diante desse suporte teórico adentramos nas discussões do tema abordado neste trabalho para um melhor aprofundamento da pesquisa. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa realizada por meio da aplicação de um questionário em duas escolas de dois municípios distintos localizadas na cidade de Pombal e São Bentinho-PB, no mês de Outubro de 2013. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa realizada por meio da aplicação de um questionário em duas escolas municipais (Escola Professor Pedro Tôres e Mariana Nóbrega) localizadas no campo, no município de São José de Espinharas.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Prática Pedagógica. Inclusão.



## ABSTRACT

This work aims to understand the problem of inclusion of children with special educational needs in mainstream school education. Once school inclusion has a very important role in the lives of disabled people, especially in kindergarten which is the principle of school education, the gateway of the child in the school system. In this sense, the aim of this work is: Analyze the practice of early childhood education teacher related to the inclusion of special students in "normal" rooms; Check how early childhood teachers perceive school inclusion in the school context field in "normal" classes To investigate teachers' knowledge about inclusive education; Investigate methodology that teachers develop in working with children with special needs; analyze physical conditions that the school provides students with special needs; analyze the importance of inclusive education for children with special needs. For this, we rely on Gabrilli (2010) addresses the issue of accessibility for persons with disabilities in regular schools. Also anchored in the studies of Antipoff Helena (2010) which deals with the first schools for exceptional. Sassaki (2006), Ferreira (2001), Ferreira and Martins (2007) and the legal documents that address the special education of the phenomenon of exclusion to inclusion as a UNESCO (1994). In the theoretical framework we seek to research the history of Special Education in Brazil to reach the discussions of the prospect of inclusion. Given this theoretical support we enter the discussion of the issue addressed in this paper for better understanding of the research. This is a descriptive qualitative study conducted through a questionnaire in two schools in two different cities located in the city of Pombal, and São Bento-PB, in October 2013. This is a descriptive qualitative study conducted through a questionnaire in two municipal schools (School Professor Pedro Torres and Mariana Nobrega) located in the countryside, in the municipality of São José de Espinharas.

**Keyword:** Early Childhood Education. Teaching Practice. Inclusion.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 UM BREVE HISTORICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL SEUS FUNDAMENTOS LEGAIS.....</b>	<b>14</b>
2.1 UM POUCO DA HISTÓRIA:DA EXCLUSÃO PARA INCLUSÃO.....	16
2.2POLITICAS PUBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	19
<b>3 O PROBLEMA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO INFANTIL .....</b>	<b>24</b>
3 .1 A EDUCAÇÃO INFANTIL ,A PRATICA PEDAGOGICA E A INCLUSÃO .....	25
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	29
4 .2 INSTITUIÇÃO DA PESQUISA .....	30
4.3 SUJEITOS. ....	31
4.4 INSTRUMENTOS E COLETA DOS DADOS.....	31
4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	32
<b>5 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>35</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
REFERÊNCIAS .....	50
APENDICES .....	51
APÊNDICE A: Termo de Anuência da Instituição/Autorização para a Pesquisa.....	52
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	54
APÊNDICE C: Questionário/Entrevista .....	60

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão social na escola é uma ação inovadora que está acontecendo na educação atual e está causando muita polêmica. A escola regular de ensino é obrigada a atender crianças com necessidades educacionais especiais que esteja preparada ou não para essa modalidade de ensino.

Incluir crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular de ensino é um ato de igualdade e dignidade. Sendo assim, a criança normal tem oportunidade de aprender a conviver com a diferença desde cedo, conviver desde cedo com crianças especiais provavelmente aprenderá a respeitar essa classe social tanto na escola quanto na sociedade em que vive. Por outro lado, através da convivência com crianças normais irá interagir melhor, pois quando a criança especial só estuda com crianças especiais, sua interação não é a mesma, pelo fato de conviver com pessoas que tem o mesmo nível de desenvolvimento. E assim, a inclusão não acontecerá.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu art.58 o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições especiais dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Diante dessas considerações, os docentes apoiam a presença de alunos com deficiência nas turmas regulares, no entanto faltam várias peças para que esse cenário se organize.

A presença de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) é cada vez maior nas salas de aula brasileiras, e vários pesquisadores têm analisado como os professores estão lhe dando com esse desafio. Estudos feitos em diferentes regiões do país, com metodologias e enfoques diversos, concluíram que a inclusão é aceita, propagada e desejada pelos docentes, mas no dia a dia o discurso favorável encontra barreiras significativas (LOPES, 2012, p.92 - 93).

Atualmente as escolas públicas ou privadas são obrigadas a incluir em suas turmas crianças com necessidades especiais, mas será que os professores ou até mesmo as escolas em suas estruturas físicas estão preparadas para receber essas crianças? Como os professores de Educação Infantil da escola regular de ensino devem oferecer educação às crianças com necessidades educacionais especiais? Que conhecimentos pedagógicos os professores tem sobre a educação inclusiva? O que pensam os professores sobre a educação inclusiva? Que

suporte pedagógico é dado ao professor de Educação Infantil para nortear seu trabalho com alunos especiais?

Essas questões nos levaram a delimitar o nosso objeto de estudo nessa pesquisa, qual seja a prática do professor de Educação Infantil relacionada à inclusão de alunos especiais em salas “normais”. Para realização dessa pesquisa partimos da hipótese de que tanto as escolas quanto os professores da rede regular de ensino ainda não estão preparados, não têm conhecimento suficiente e nem suporte para atender crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil.

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a prática do professor de Educação Infantil relacionada à inclusão de crianças com necessidades especiais em turmas “normais”. E como objetivos específicos: a) Verificar como os professores de educação infantil percebem a inclusão escolar no contexto da escola do campo em classes “normais”; b) Investigar o conhecimento dos professores sobre a educação inclusiva; c) Investigar que metodologia os professores desenvolvem no trabalho com crianças com necessidades especiais; d) Analisar que condições físicas a escola oferece aos alunos com necessidades especiais; e) Analisar a importância da educação inclusiva para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais.

O interesse em desenvolver essa pesquisa surgiu enquanto professora da escola do campo ao observar crianças com necessidades especiais, matriculadas em escolas normais e presenciar a dificuldade em trabalhar com essas crianças. Diante disso, senti a necessidade de conhecer mais sobre o tema, de pesquisar, de buscar aporte teórico que pudesse nos ajudar, pois sabemos que a proposta de inclusão social de alunos com necessidades especiais no ensino regular é hoje garantida pela legislação educacional brasileira. Contudo, a inclusão com garantia de direitos e igualdade de educação ainda é um sonho a ser alcançado, um caminho a ser construído, onde várias mudanças serão necessárias: estruturais pedagógicas e sem dúvidas capacitação de professores no que diz respeito a lidar com situações corriqueiras do dia a dia na sala de aula.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa com o propósito de buscar dados relevantes através da experiência de pessoas que vivenciam ou têm conhecimento sobre o tema voltado para práticas pedagógicas do educador.

O *corpus* foi coletado na Escola Professor Pedro Torres e Mariana Nóbrega, localizadas no campo, município de São José de Espinharas, respectivamente escolas públicas que atendem crianças nas classes seriadas e em multisseriadas, com o objetivo de fazer um estudo comparativo, levando em consideração, principalmente a compreensão como um todo

do assunto investigado, com uma média de oito participantes, sendo três para a escola multisseriada e cinco para a seriada.

Os dados obtidos foram analisados de acordo com a concepção de Gabrilli (2010) que aborda a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência na escola regular. Também nos ancoramos nos estudos de Helena Antipoff (2010) que trata das primeiras escolas para os anticoncepcionais. Sassaki (2006), Ferreira (2001), Ferreira e Martins (2007) e os documentos legais que aborda a educação especial do fenômeno de exclusão a inclusão como a UNESCO (1994).

Baseia-se também na Constituição Federal de 1998 (BRASIL, 1998); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 1961); (Constituição Federal de 1988); (RCNEI, 1998);(BRASIL, 1999-2002-2004-2008); ONU (1998-2006); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) que também abordam sobre o tema inclusão.

Este trabalho apresenta quatro capítulos. No primeiro capítulo, faremos um breve histórico sobre a educação especial e seus fundamentos legais, analisando as perspectivas de inclusão na escola regular desde o período de asserção.

O segundo capítulo, trazemos uma abordagem sobre a Educação Infantil e em alguns momentos a inclusão nesta mesma modalidade de ensino.

O terceiro capítulo trata da metodologia da pesquisa.

No quarto capítulo, é exposta a análise e interpretação dos dados coletados. E por último apresentamos as considerações finais de nosso trabalho.

## **2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS FUNDAMENTOS LEGAIS**

As pessoas portadoras de deficiência antigamente não tinham acesso à educação por não ter escolas especializadas para atender a esse público que atualmente ainda luta por uma escola democrática, que lhe permita a construção de sua autonomia, pois os deficientes precisam ser vistos na sociedade como sujeitos de direitos e deveres iguais, e não como pessoas indefesas, incapazes ou infelizes.

Apesar de seus direitos e deveres serem legalizados por lei, as pessoas continuam violando esses direitos porque nem tudo que está escrito nas leis é posto em prática e quem mais sofre são as pessoas vulneráveis a todo tipo de injustiça. A educação inclusiva veio para que os portadores de deficiência tenham acesso à escola regular de ensino. E por ser uma nova modalidade de ensino, está causando muita polêmica nas escolas. Por razão faremos uma abordagem sobre a história da educação especial e adentramos na educação inclusiva para fazermos uma comparação entre as duas modalidades de ensino.

Por está legalizado por lei, as escolas normais não podem fechar as portas para a pessoa deficiente, independente de sua deficiência ou idade. Mesmo que não tenha professor especializado em educação inclusiva, é obrigação da diretoria aceitar o deficiente na escola, mas é evidente que esse estudante não seja ensinado da mesma forma que os estudantes normais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe de um capítulo inteirinho à educação especial. No Capítulo V, art. 58 estabelece que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos de necessidades especiais”. Então não se pode negar a matrícula a um aluno com NEE na rede regular de ensino por a escola não dispor de recursos materiais didáticos adequados ao ensino especializado, não ter professores capacitados e por a escola não ser estruturada.

Em 1988, também sobre a educação especial a Constituição Federal estabeleceu que o atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. E instituiu como um dos princípios fundamentais que deve reger o processo educacional dessas pessoas, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206, inciso I). E que essas metas devem ser asseguradas pelo Estado garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação

artística, segundo a capacidade de cada um. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei nº. 9.394/96), define tratamento especial para os que se encontram em atraso quanto à idade regular, e promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais.

[...] constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, a multa: I. recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessas, sem justa causa, a inscrição [matrícula] de um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (Trilhas do Aprendiz, v. 8, p. 213)

Fica claro, dessa forma, a dimensão do ato de excluir ou recusar um aluno deficiente em uma escola “normal”. De acordo com o artigo acima a recusa de matrícula é crime punível contra a autoridade que recusa efetuar-la. Se a escola aceitar um deficiente só porque está legalizado na lei, esse indivíduo vai estar excluído da mesma forma, pois na maioria das vezes a escola nem tem conhecimento sobre educação especial.

É muito importante que as crianças deficientes comecem a frequentar a escola regular desde a sua infância, para que as crianças normais aprendam a respeitar as diferenças de forma natural em seu cotidiano, para mais tarde não ter que praticar nenhum tipo de injustiça à pessoa portadora de deficiência e não ter que passar por esse constrangimento, mas sim saber que elas têm os mesmos direitos e deveres perante a sociedade.

Em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança da ONU, em seu artigo 23 estabeleceu que:

[...] os estados reconhecem que toda criança portadora de deficiência física ou mental deverá desfrutar de uma vida plena e descente; reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais; estimularão a prestação de assistência adequada às condições da criança, que será gratuita e visará assegurar a criança deficiente o acesso a educação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, a preparação para emprego e as oportunidades de lazer de forma que ela atinja uma completa integração social. Os estados promoverão ainda o intercâmbio e a divulgação de informações a respeito de métodos e técnicas de tratamento, educação e reabilitação para que se possa aprimorar os conhecimentos nessas áreas.

Nesse artigo, a ONU assegura o direito de igualdade à criança deficiente, responsabilizando os estados a cumprir todas essas metas ofertadas no artigo 23. Seria de suma importância que as crianças com deficiência pudessem desfrutar de todos esses direitos, mas ainda as desigualdades sociais impedem que as pessoas vulneráveis não tenham os mesmos direitos, sendo objetos de discriminação, crueldade, desrespeito entre outros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”. Também o ECA aponta punição às pessoas que cometem qualquer tipo de crime aos deficientes, pois ainda existem pessoas que não respeitam as leis. E os direitos das crianças e dos adolescentes acabam sendo violados porque muitos desses crimes acabam ficando em pune, já que muitas leis brasileiras ficam apenas no papel contribuindo assim para o aumento da criminalidade.

## 2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA: DA EXCLUSÃO PARA A INCLUSÃO

Na história da educação especial no Brasil, os estudantes com deficiência passaram por várias etapas até chegarem à forma denominada “perspectiva de inclusão”, cujas fases constam no título da atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) está declarado que:

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamim Constant (IBC), constitui um dos primeiros passos concretos no Brasil para garantir ao cego o direito à cidadania, que pouco a pouco foi derrubando preconceitos levando as pessoas cegas à educação e a qualificação para o trabalho.

Logo depois, em 1857 foi fundado O Instituto dos Surdos-mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos- INE através da Lei 939, tendo como primeiro diretor, o educador francês, o conde Eduard Huet, patrocinado pelo Imperador Pedro II. Huet ficou surdo aos doze anos de idade por causa do sarampo, antes ele já falava francês, alemão e português, e depois da surdez aprendeu espanhol. Também faz parte da história da educação especial à criação do Instituto Pestalozzi, instituído por Helena Antipoff, sendo o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superlotação É uma instituição



beneficente com mais de 70 anos de fundação no Brasil, pois sua missão é acolher, educar, prestar assistência e integrar pessoas com deficiência à sociedade.

Outra instituição que se destacou foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), criada em 1954, no Rio de Janeiro através do movimento pioneiro, formado por pais, amigos, professores e médicos de excepcionais. Essa instituição conta com mais de mil sedes espalhadas por todo Brasil, garantindo aos excepcionais o acesso a educação, atendimento médico e a integração na sociedade.

Vimos que, muito se tem feito em prol da pessoa deficiente e que a educação especial já existe há mais de um século. E que a educação especial não foi oferecida a todos os tipos de deficiência ao mesmo tempo nem numa mesma instituição. Mas houve iniciativas que levaram as pessoas a ver que os deficientes também podem estudar e se qualificar para o trabalho como é o caso dos cegos, surdos e os deficientes físicos.

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 através da criação das denominadas “Campanhas”, que eram destinadas especificamente para atender cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação dos Surdos Brasileiros – CESB, seguido da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente para atender outras deficiências.

Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediada no próprio Ministério e denominada Centro Nacional de Educação Especial – SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC.

As conduções das políticas públicas brasileiras de educação especial estiveram por muito tempo nas mesmas mãos, ou seja, foram mantidas por um grupo que se envolveu a fundo com essa tarefa. Essas pessoas, entre outras, estavam ligadas a movimentos particulares e beneficentes de assistência aos deficientes que até hoje tem muito poder sobre a orientação das grandes linhas da educação especial. Na época do regime militar eram generais e coronéis que lideravam as instituições especializadas de maior porte e, atualmente, alguns deles se elegeram deputados, após assumirem a coordenação geral de associações e continuarem pressionando a opinião pública e o próprio governo na direção de suas conveniências.

Foram muitos os políticos, educadores, pais e personalidades brasileiras que se identificaram com a educação de pessoas com deficiência e que protagonizaram a história

dessa modalidade de ensino. Todos tiveram papéis relevantes em todos os períodos dessa caminhada e não podem ser ignorados, pois atuaram em quadros políticos-situacionais que de alguma forma afetaram a educação de pessoas com deficiência, seja avançando, ousando, transformando as propostas, seja retardando-as, impedindo a sua evolução para novos alvos educacionais.

Pais de pessoas com deficiência estão entre os que compõem essa liderança e a maioria deles têm sido uma grande força, mais para manter do que para mudar as concepções e condições de atendimento clínico e escolar de seus filhos com deficiência.

Não podemos desconsiderar as iniciativas de caráter privado e beneficentes pelos pais no atendimento clínico e escolar de pessoas com deficiência, assim como na formação para o trabalho (protegido, apesar de suas intenções serem na maioria das vezes respaldadas pela discriminação e pelo forte protecionismo). “A tendência do movimento de pais é ainda a de se organizarem em associações especializadas, atingir suas metas, sendo basicamente financiados pelos poderes públicos municipal, estadual e gerenciadas por eles próprios, que buscam parceria com a sociedade civil e o governo federal”. (MANTOAN, 2003, p. 02)

O texto acima mostra que o regimento das leis com a educação especial no Brasil começou através de “campanhas” destinadas a atender a cada tipo de deficiência. Então, desde a educação especial, sua trajetória é marcada por singularidade. Outro ponto marcado na história da educação e que ainda vemos com mais precisão é que além da iniciativa do poder público, sempre houve intervenção dos pais e amigos lutando pelos deficientes para que eles sejam vistos em qualquer ambiente como pessoas cidadãos e reconhecidas no meio em que vivem.

Conforme a perspectiva de Bayer (2005, p. 17) “na história da educação especial nunca houve uma escola que recebesse todas as crianças, sem exceção alguma. As escolas sempre se serviram de algum tipo de seleção. Todas elas formam cada uma a sua maneira, escolas especiais, isto é, escolas para crianças selecionadas”. Contudo, pouco ainda tem sido feito em prol da inclusão, porque mesmo a escola regular permitindo a matrícula não pode-se dizer que a criança está incluída, precisa-se de toda uma estrutura, de apoio a essas crianças então apenas jogá-las dentro de salas de aula sem nenhuma condição de realizar uma educação inclusiva de qualidade.

Para Santos (2005, p. 17) “[...] a história da infância no Brasil está ligada ao preconceito, exploração, abandono e exclusão social. Desde o início da escolarização, havia uma diferenciação entre as crianças segundo sua classe social. Elas tinham direito e lugares diversos na sociedade.”. Dessa forma as crianças não eram vistas como sujeitos de direitos

iguais, poucas crianças tinham a chance de ascensão social com direito a uma educação de qualidade e oportunidades dignas de trabalho. Muitas viviam em regime de escravidão, sendo consideradas como seres doentes, inferiores e até incapazes de aprender. Não havia na sociedade da época, o desejo de inclusão e reabilitação dessas crianças.

Santos (2005) descreve a história da infância como um período de marginalização, pois as crianças não tinham direito nem de ser criança, pois nessa época, as pessoas não tinham um sentimento de infância, que valorizasse a criança como um ser que precisasse de cuidados e educação e que pudesse crescer saudável principalmente da família que é onde as crianças deveriam receber os primeiros cuidados e educação para ser cidadãos de direitos e deveres perante a sociedade.

As crianças deficientes ou com NEE não são muito diferentes da descrição acima. Muitas podem sofrer discriminação, abandono da própria família. E quando uma criança sofre alguma discriminação de seus parentes mais próximo, evidentemente chega à escola inclusiva desestimulada a receber educação e interagir com os colegas e professores. Nesse caso, a escola tem um papel muito importante que é tentar elevar a autoestima dessa criança, proporcionando a ela a integração social.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva no âmbito das políticas públicas está fazendo com que haja uma grande mudança nas secretarias de educação do Brasil para que as escolas se reestruturem, os professores se qualifiquem buscando novas estratégias de ensino e aprendizagem para atender as crianças com necessidades educacionais especiais nas classes de ensino regular e oferecer um ensino de qualidade que permita a segurança e o apoio as crianças com necessidade educacionais. Inúmeras leis, resoluções e decretos foram aprovados em favor da educação inclusiva.

A atual política de educação especial considera alunos e alunas com deficiência, aqueles/as que:

[...] têm impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida

sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo de alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superlotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008, p. 15).

São muitos os tipos de deficiência apresentados, e saber que de certa forma podemos está contribuindo para exclusão de alunos que tenha algum desses impedimentos, que a escola não dispõe de estrutura para receber o aluno deficiente. Tudo isso é preocupante, pois o sistema educacional, e todos envolvidos no processo educacional são responsáveis pela inclusão, e não o contrário.

O Brasil é um país com uma população de aproximadamente 180 milhões de habitantes, conforme estimativas do IBGE de 2010, dos quais, em média 26,8 milhões são crianças e jovens com idade entre zero e nove anos de idade.

De acordo com o Censo Escolar de 2010 (BRASIL, 2010), aproximadamente 52 milhões de estudantes estão matriculados na educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional). Desses, quase 5 milhões de crianças estão matriculados na educação infantil.

Atualmente, há uma diversidade de etnias nas escolas brasileiras, pois estudantes, crianças, jovens e adultos, brancos, negros, pardos, amarelos, indígenas, com ou sem necessidades educacionais especiais se escolarizam nos diversos níveis e modalidades de ensino.

A deficiência nas crianças vem se evoluindo cada vez mais. Basta observar crianças nas escolas ou em qualquer outro lugar que logo percebemos algum tipo de deficiência. Na escola uma das formas de se perceber a presença de deficiências é quando o professor verifica o avanço ou atraso nos estudos.

[...] existem 24,6 milhões de pessoas com deficiência, deste total, 1,9 são crianças e adolescentes. O relatório Situação Mundial da Infância 2013 cita o

Brasil entre os países que vêm adotando iniciativas de proteção social que incluem transferência monetária, tratamento para crianças com deficiência (BRASIL, 2013, p.7).

São muitas as pessoas portadoras de deficiência no Brasil. É preciso muito esforço e dedicação para que esse público tenha assistência adequada tanto na educação quanto na saúde. Consta no Relatório Situação Mundial que o Brasil é um dos pioneiros em prestar assistência aos deficientes. Entendemos que esse é o caminho certo e justo para que essas pessoas possam viver dignamente como gente e não como indigente e que essas iniciativas sirvam para motivar, sensibilizar e ajudar essas pessoas que por mais que os governantes façam, ainda se precisa de muito para suprir as necessidades dos deficientes.

Sobre os documentos oficiais considerados mais importantes para a inclusão de educandos com deficiência na rede pública de ensino, destacamos:

Lei de LIBRAS (Lei 10.436, de 24/12/2002) e respectivo Decreto lei 5.626 de 02/12/2004, que a regulamenta e inclui a LIBRAS como componente curricular nos cursos de formação de professores de Magistério (nível médio) e superior (licenciaturas) e também a formação nos cursos de Fonoaudiologia, formação de LIBRAS em nível de graduação universitária e de instrutor de LIBRAS em nível médio.

Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria SEESP/MEC 948/2007, de 07/12/2008), cujo objetivo é orientar políticas públicas estaduais e municipais de inclusão no território nacional, por meio da implantação na rede do “atendimento educacional especializado” – (AEE). (FERREIRA, 2012, p.158)

Destacamos também a Declaração de Salamanca (1994) que é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios políticos e prática em educação especial, é considerada mundialmente um dos documentos mais importantes sobre Educação para Todos.

A referida declaração se refere às leis que regem a educação, declarando que toda criança tem direito fundamental a educação tendo a oportunidade de direitos iguais. Ainda afirma que todos possuem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas e que os Sistemas Educacionais deverão designar programas educacionais, visando a vasta diversidade das características e necessidades dos portadores de deficiência. Buscando incluí-los no ensino regular de forma a receber educação satisfatória, num ambiente acolhedor que vise o pleno desenvolvimento educacional dos especiais.

Para os governantes, a Declaração demanda que eles atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento dos sistemas educacionais para se tornarem aptos a incluírem todas as crianças independentemente de suas diferenças e dificuldades individuais; que adotem o princípio de inclusão escolar em forma da lei ou da política para que todas as crianças sejam matriculadas na escola regular, a não ser que existam motivos impedindo o acesso das crianças deficientes no ensino regular. Também orienta o desenvolvimento de projetos, demonstração que encorajemos intercâmbio com países experientes com essa modalidade de ensino, bem como o incentivo a participação da comunidade e da família dos portadores de deficiência no planejamento. (BRASIL, 2004, p.06).

Diante do que estabelece a Declaração de Salamanca, destacamos sua importância para o crescimento e fortalecimento das escolas inclusivas, pois através dessas políticas públicas educacionais podem ocorrer mudanças nas instituições educacionais com o intuito de oferecer um ensino de qualidade, acolhendo e respeitando as diferenças caracterizadas nos estudantes com tal deficiência, para que eles se sintam iguais, em um ambiente estruturado que considere a sua singularidade enquanto pessoa portadora de doença física, mental ou intelectual a receber educação de professores qualificados e escolas para todos.

A Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) mobiliza a sociedade a adequar os ambientes públicos ou privados para que as pessoas portadoras de deficiência tenham liberdade de acesso em qualquer lugar, seja nas ruas, nos transportes coletivos, estabelecimentos comerciais, entre outras vias de circulação.

Tudo que está decretado nas leis é relevante para se pensar numa proposta de educação inclusiva, porém muitas leis ainda se referem à educação inclusiva como educação especial. É importante esclarecermos que a educação inclusiva é a educação oferecida para todas as crianças normais e deficientes numa mesma escola. Já a educação especial é destinada só para alunos especiais. A própria LDB (1996) em seu Capítulo V, inciso II garante que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

É evidente que o princípio de inclusão ainda está causando um transtorno no âmbito das escolas inclusivas, porque as legislações esclarecem a determinação da inclusão, mas ao mesmo tempo faz um controverso entre a inclusão e a escola especial.

É importante ressaltar que existem diferenças entre as crianças portadoras de deficiência e as que têm apenas dificuldade de aprendizagem, mas isso ainda não está bem

definido nas leis. Portanto, não fica bem claro a caracterização das pessoas com deficiência e as que apresentam dificuldade de aprendizagem para a compreensão das pessoas.

### **3 O PROBLEMA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO INFANTIL**

A educação inclusiva surgiu com o propósito de uma educação democrática, visando a integração das pessoas com necessidades especiais nas classes comuns, mas será que o fato de incluir uma criança com necessidades especiais numa escola normal, ela estará tendo as mesmas oportunidades que as crianças normais? A que diz respeito à palavra “inclusão”?

Inclusão diz respeito a melhorar a escola para todos (as) e combater todas as formas de exclusão, segregação e discriminação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de participação. Numa escola inclusiva, todos (as) são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim, a escola que é inclusiva está em contínuo processo de mudança para assegurar o acolhimento de cada um dos alunos ou dos membros da comunidade à escolarização, bem como sua aprendizagem (FERREIRA & MARTINS, 2007, p. 22)

A inclusão escolar permite reformar as escolas, assegura os direitos de igualdade e que as pessoas necessitadas se sintam incluídas numa escola acolhedora, não só de alunos, como também dos membros da comunidade.

As escolas públicas ainda não dispõem de espaço físico adequado para que portadores de deficiência possam ter acessibilidade ao frequentar a sala de aula. Também não têm recursos disponíveis de acordo com as suas necessidades para que todos tenham os mesmos direitos iguais ou se sintam incluídos, permitindo o livre acesso aos recursos materiais adaptados a cada deficiência.

Para Sassaki (2006) “a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total”. Então, as crianças com deficiência devem ter as mesmas oportunidades e direitos de aprendizagem no ambiente escolar. Para isso, a escola e os professores deverão adotar uma perspectiva de ensino no contexto da inclusão.

Muitos recursos naturais podem ser trabalhados em sala de aula, como: a vegetação, o contato com os animais da fazenda, com o barro ou argila, entre outros recursos que podem dar suporte a educação dos excepcionais. Segundo HELENA ANTIPOFF (2010, p. 111) “Além da serenidade, a natureza dar margem a um elemento que julga de suma importância



na educação dos excepcionais: a beleza. É muito mais fácil deixar a criança ver o que é belo, o que é feio, do que fazê-la compreender o que é bom e o que é mau”.

Compreendemos que não é fácil essa integração, porque mesmo tendo os recursos naturais, falta à qualificação dos professores para adequar esses recursos ao ensino especializado, que é relevante ao contexto da educação do campo por está mais próximo da realidade das crianças.

Na educação inclusiva nas cidades, as crianças normais estudam juntas com as especiais. Nas escolas do campo a educação é oferecida as crianças em classe homogênea, onde crianças menores estudam juntas com as maiores e também as deficientes, dessa forma.

Todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas do campo devem reconhecer e satisfazer as diversas necessidades de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. (UNESCO, 1994, p.11-12)

Para a ONU (2006, p. 1) “a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. Dessa forma a educação inclusiva veio para derrubar essas barreiras e incluir o deficiente na sociedade, dando-lhe oportunidade de ser um cidadão de direitos e deveres.

A inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes comuns tem seus pontos positivos e negativos, devido à aceitação ou não das crianças normais terem que ocupar o mesmo espaço.

Ficam evidente os avanços relacionados a alunos com deficiência e seu atendimento na sociedade. Na escola podemos ver que essa evolução implica em muitos problemas que devemos enfrentar nas escolas normais, por exemplo, quando uma criança não é bem aceita pelos colegas por ser portadora de alguma deficiência. Por outro lado, há pontos positivos se as crianças normais interagirem com o deficiente. Portanto, destacamos aqui que a inclusão tem dois lados opostos, devido à socialização de ambas as partes. Outro ponto negativo é se o professor não se sentir seguro para propor as crianças atividades que propicie a participação de todos podendo ao invés de incluir causar o efeito contrário: a exclusão.

### 3.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL, A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A INCLUSÃO

A educação infantil é a primeira fase de escolarização da criança. Esta modalidade de ensino atende a criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade e está dividida em creches: crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas: crianças de 4 e 5 anos. Sendo que as crianças da pré-escola podem estudar em escolas integradas com o ensino infantil e o fundamental.

Nessa fase de escolarização as crianças devem receber educação e cuidados especiais. Os educadores devem elaborar o currículo e desenvolver suas práticas considerando o contexto social e cultural, respeitando a individualidade de cada criança, permitindo que desenvolva sua autonomia. Pois, as crianças mesmo tidas como “normais” não têm o mesmo ritmo de aprendizagem, e se tratando de criança especial tudo vai depender de estratégias que contemplem sua deficiência de forma a possibilitar o seu desenvolvimento educacional.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI destaca que:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imaginação, a memória. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (Brasil, 2002, p. 2002)

Realmente, as brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento educacional da criança, pois é nas brincadeiras que as crianças constroem suas próprias identidades, se socializam desenvolvem sua cultura da qual faz parte na sociedade. Dessa forma, o professor é o principal mediador na construção da cultura, da infância. Na Educação Infantil o brincar deve fazer parte do currículo educacional para que as crianças aprendam dentro do universo infantil.

Destacamos também, a importante participação da família na vida escolar da criança, principalmente se tratando de crianças especiais, pois ainda existem pais que não aceitam ter um filho deficiente e o vê como normal, impedindo que a criança tenha acompanhamento

especializado tanto na escola quanto em consultório médico. É muito importante que a escola abra suas portas para a família, possibilitando conhecer os conhecimentos que o pai ou a mãe possui do filho, de maneira cuidadosa e educada. Porque os pais são os principais educadores dos filhos.

Segundo Becchi e Ferrari (2007, p.15):

[...] os conhecimentos que pais e mães possuem a cerca de como educar os seus filhos são, para eles mesmos, considerados como um “outro” saber em relação aos demais saberes de que fazem uso em seu cotidiano. Suas percepções vão em relação a uma alteridade do ser mãe ou do ser pai, numa forma específica de ensinar e/ou aprender a conhecer.

Muitas vezes os próprios pais não conhecem seus filhos por conviver tão pouco com os mesmos, e é na escola que a criança revela sua própria identidade, principalmente na educação infantil, especificamente nas creches que oferecem ensino em tempo integral onde a criança acaba passando a maior parte do dia convivendo com os educadores e coleguinhas de turma. Dessa forma, essa relação da família com a escola é relevante para o desenvolvimento educacional da criança.

As escolas de educação infantil estão divididas em creches e pré-escolas. Essas instituições devem garantir a criança um bom desenvolvimento educacional. Para isso, devem ter estrutura adequada e professores capacitados para que todas as crianças comecem sua vida escolar de forma adequada em um ambiente acolhedor, que permita a diversidade de crianças independentemente de classe social, raça, etnia ou algum tipo de deficiência.

A inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes comuns tem seus pontos positivos e negativos. Positivos, porque a criança incluída tem oportunidades iguais estudando com crianças normais. Negativos, porque se o professor não for preparado para trabalhar com inclusão, a criança ficará excluída tanto dos colegas quanto das atividades. Contudo, não basta só incluir, é preciso preparar o cenário da escola inclusiva para que todos tenham os mesmos direitos e deveres na sala de aula, pois

Pessoas com deficiência têm sido mantidas invisíveis na malha social porque são consideradas “problema”, para os que não possuem deficiências. Pessoas com deficiência têm sido impedidas de terem acesso a oportunidades de aprendizagens em nome da crença infundada de que são “incapazes de aprender”. A lista de impossibilidades para as pessoas com deficiência é

extensa e, em todos os itens, explicita-se o triste fato de que essas pessoas não são consideradas sujeitos justificando-se, assim sua exclusão na família, nas escolas, na comunidade, no lazer, no trabalho, nas várias esferas sociais. (FERREIRA, 2008, p.134)

A escola infantil com orientação inclusiva é uma forma de combater a exclusão dando oportunidade a todas as crianças. Nessa mesma linha Maria Teresa Eglér Mantoan especifica que “a inclusão se apoia na ideia de que somos iguais, porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente”.

Existem escolas privadas que matriculam crianças com deficiência e cobram uma taxa a mais em sua mensalidade, alegando “assistência extra”. Na realidade a inclusão está ligada a exclusão, porque o fato da criança ser matriculada na rede regular de ensino, não significa dizer que ela está incluída, porque existe o despreparo das escolas e dos professores que ainda não sabem como lidar com essa nova modalidade de ensino, e incluir uma criança nessa situação acaba causando um grande transtorno tanto para a criança quanto para a família e também para os professores.

Apesar de todas as dificuldades que a família junto com a criança tende a enfrentar na escola regular, existem casos de crianças que dão certo ao ser incluído nas classes comuns, pois depende do apoio dos professores e da turma a qual está incluída, constituindo uma minoria, pois para se tornar maioria está muito longe, devido à precariedade que se encontra os sistemas educacionais.

Na perspectiva de Moreno (2009, p. 1) “a ideia de uma sociedade inclusiva fundamenta-se numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como características inerentes à constituição de qualquer sociedade”. No entanto, as escolas normais ainda não se sentem preparadas para atender e trabalhar nessa perspectiva de ensino ocasionando certa resistência por partes dos diretores em efetuar a matrícula de criança deficiente, alegando que a escola não tem estrutura e nem professores capacitados para trabalhar na perspectiva de inclusão.

Ainda existem muitas contradições no contexto de inclusão na educação infantil, pois essa modalidade de ensino requer uma mudança significativa nas escolas, pois além da necessidade da escola ser reformulada em função da acessibilidade das crianças deficientes, também irá aumentar o número de alunos e possivelmente haverá um aumento das salas e isso demanda tempo e depende de recursos financeiros para que a escola se torne acessível.

É evidente que a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil ainda está em processo de adaptação, de forma que as pessoas precisam se sensibilizar em defesa desse grupo vulnerável a todos os tipos de discriminação. Haja vista que escola é o lugar onde a criança começa a desenvolver suas primeiras habilidades e se o processo de começar de forma errada, com certeza causará muitos danos a vida das crianças seja deficiente ou não.

Torna-se relevante as crianças começarem sua escolarização vivenciando uma diversidade de etnias ou pessoas diferentes porque irão crescer aprendendo a valorizar a diferença. A partir do momento em que a criança com deficiência for excluída ou de certa forma não for inserida no ensino comum desde a educação infantil, fica muito difícil a integração dessa criança nas classes mais avançadas.

É preciso que as escolas e os professores estejam devidamente preparados para atender a essa demanda. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e a LDB (BRASIL, 1996) estabelecem que a necessidade de preparação dos professores como pré-requisito para assegurar a integração dos educandos com deficiência na escola inclusiva.

É preciso que as escolas estejam estruturadas com espaço físico acessível, com recurso e materiais adequados nas salas de ensino regular e os professores estejam preparados para ensinar a uma classe homogênea.

Quanto ao planejamento, o professor deve ter formação para atuar na área de educação infantil e educação especial para que planeje suas aulas visando a aprendizagem de forma significativas para as crianças.

Na educação infantil com perspectiva de inclusão, o trabalho pedagógico deve objetivar o desenvolvimento da criança nos aspectos sociais, psíquicos, motores, intelectuais e cognitivos. Com isso, o professor deve aprender a planejar suas aulas, reconhecer as características de cada um, analisando os pontos positivos e negativos afetados pela deficiência, ter domínio de classe e propor atividades lúdicas que todos possam participar de forma que o aluno que tenha mais dificuldade seja apoiado pelos colegas e que o ensino seja prazeroso para que todos tenham entusiasmo para a realização das atividades.

O sistema educacional de certa forma se torna falho, pois não possibilita condições e suportes para uma real educação inclusiva. Ficando extremamente difícil uma qualificação que atenda efetivamente as necessidades de alunos deficientes, e professores propondo atividades que não atendem as deficiências de seus alunos e se tornam de certa forma despreparada para atuar em uma educação inclusiva.

## 4 METODOLOGIA

Nesse tópico apresentamos a instituição da pesquisa, o método, os sujeitos e os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa qualitativa que embasa o desenvolvimento desse trabalho. Faremos também uma caracterização do campo empírico onde procedeu a coleta de dados referente ao estudo sobre inclusão escolar na escola do campo.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva, pautada em uma abordagem qualitativa, cujos instrumentos para a coleta de dados deu-se por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, com questões abertas e fechadas, além dos registros das observações no diário de campo.

De acordo com Nascimento (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo permitir um aprofundamento maior sobre o tema ou questões com as quais o pesquisador não esteja ainda muito familiarizado ou que disponha de poucas informações. Por sua vez, Moreira e Caleffe (2006) afirmam que o valor da pesquisa descritiva baseia-se na premissa de que os problemas podem ser resolvidos por meio da observação objetiva, da análise e da descrição.

Nessa mesma perspectiva, Minayo (2006) descreve a abordagem qualitativa como uma atividade da ciência que visa à construção da realidade, mas que se preocupa fundamentalmente com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com base em um estudo qualitativo, buscamos implementar, compreender e detalhar o tema em estudo. De acordo com Haguette (2003, p. 63) “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Dessa forma, procuramos entender o significado da temática educação inclusiva.

## 4.2 INSTITUIÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública do município de São José de Espinharas/PB, que se localiza na Zona Rural, as quais informamos como escola 1 e escola 2. A Escola 1 tem como estrutura física uma única sala de aula, dois banheiros, uma cozinha e uma pequena área. Oferece ensino para alunos da pré-escola ao 5º ano e funciona só no turno matutino. Os alunos da pré-escola e 1º ano estudam na sala de um posto de telefone que foi desativado próximo da escola. Enquanto os alunos do 3º ao 5º ano estudam numa única sala de aula com duas professoras ao mesmo tempo, sendo agregadas as turmas de 2º/3º, 4º/5º.

O corpo docente da instituição é formado por: 3 professoras. O corpo pedagógico é composto por uma supervisora que é a única para todas as escolas públicas de educação infantil ao 5º ano do município. Pessoal de apoio: Composto por três auxiliares de serviço e um inspetor.

A escola 2 oferece Educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental do (1º ao 9º ano) e empresta três salas para o Ensino médio da escola estadual da cidade para que os alunos possam concluir o ensino básico. Funciona nos turnos manhã e tarde. Devido a grande extensão territorial da zona rural do município de São José de Espinharas e o difícil acesso às escolas da sede do município, foi instalada essa escola que tem as mesmas dependências físicas estruturais de uma escola da cidade. Seu corpo administrativo é composto por: 01 diretora; 01 vice-diretora que atendem aos 02 turnos. O corpo pedagógico é composto por: 01 supervisora. Já o corpo docente é composto por 20 professores. Como pessoal de apoio a instituição conta com: 01 vigilante, 06 merendeiras, 06 auxiliares de limpeza.

Essa Instituição oferece o programa Mais Educação que é um programa criado pelo governo Federal de Portaria Interministerial nº 17/2007 no início de 2008, devido o resultado da Prova Brasil de 2005, comprovado o baixo nível de aprendizagem dos alunos das escolas públicas. O objetivo do programa é aumentar o nível de aprendizagem nas escolas públicas com atividades optativas, ministradas por monitores que recebem treinamentos para praticá-las. As escolas beneficiadas recebem instrumentos musicais e rádio escolar e todo material de apoio consumido pelos monitores. O governo Federal repassa recursos para que a escola possa adquirir equipamentos e materiais para o desenvolvimento das atividades. O programa foi implantado no município no ano de 2012.

Como serviços multimeios a escola dispõe de uma sala de informática. Quanto a recursos e equipamentos de uso didático-pedagógico a instituição possui: TV, vídeo, aparelho

de som, microcomputador, retroprojektor, Datashow, impressora, jogos educativos e mimeógrafo.

As dependências gerais da escola estão compostas por uma cozinha, quatro sanitários, 10 salas de aula amplas e arejadas, 01 biblioteca, 01 sala de recurso, 01 diretoria, 01 sala dos professores, 01 área de eventos, 01 ginásio de esportes. Esta escola dispõe de espaço suficiente para comportar as crianças e os adolescentes existentes na comunidade.

#### 4.3 SUJEITOS

A amostra da pesquisa foi composta por cinco (05) professores da Educação Infantil que denominamos de informantes (A – B – C - D e E) a fim de garantir o anonimato, sendo que A, B, lecionam na escola 1 ( Professor Pedro Tôrres) e as professoras C, D, E na escola 2 (Mariana Nóbrega de Sousa). Justifica-se a utilização de apenas cinco sujeitos neste estudo por ser o número total de professores da educação infantil das referidas instituições. Todas as professoras pesquisadas trabalham pela manhã nas turmas de pré-escolar.

A escolaridade das professoras é de nível superior incompleto em Licenciatura Plena em pedagogia. Apenas uma ainda não ingressou na universidade e tem como formação o magistério. O tempo de trabalho na educação infantil de todas as participantes na educação infantil é de mais de dez (10) anos. Quanto a idade, todas estão na faixa etária de acima de trinta e cinco (35) anos de idade. Participaram deste estudo dois professores de educação infantil da escola 1, que atuam na docência há mais de 10 anos. Neste trabalho, os participantes foram nomeados como sujeito.

#### 4.4 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

Para coletar as informações necessárias à pesquisa de campo, utilizamos um questionário misto, contendo perguntas fechadas e abertas, voltadas para os objetivos do estudo. Para Gil (2002, p.114), questionário é um conjunto de questões que são respondidas pelo sujeito pesquisado. Este autor afirma ainda que estes podem conter tanto questões



fechadas (com alternativas de respostas a serem escolhidas) como questões abertas, de livre resposta.

O preenchimento deste instrumento de coleta de dados foi realizado pelos sujeitos participantes da pesquisa de maneira que ficasse livre para expor suas respostas, possibilitando-nos um número maior de informações sobre o tema pesquisado e também uma compreensão crítica dos resultados.

#### 4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa monográfica foi desenvolvida através de pesquisa de campo em duas instituições de ensino público. Inicialmente na Creche Municipal Gente Inocente na cidade de Pombal – PB, e em seguida na Creche Municipal Maria Saturnino de Andrade na cidade São Bentinho.

De início como requisito para realização da pesquisa foi feito visita às instituições pesquisadas e entregues as gestoras das creches o Termo de Anuência da Instituição/Autorização para a Pesquisa (Apêndice A), e as educadoras o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) pedindo autorização para o desenvolvimento da análise desejada.

Após a permissão houve um momento com os participantes da pesquisa para informar o objetivo da pesquisa, e como seria utilizado e respondido o instrumento da pesquisa (questionário), como também, explicar elas ficariam livres para aceitar ou não responder os questionários. Em seguida, houve o agendamento para a entrega e devolução dos questionários, em que cada participante teve cinco dias para entregar o questionário totalmente respondido.

Os questionários foram respondidos, de acordo com as perspectiva da cada participante em relação às perguntas de suas vivencias na Educação Infantil, tendo a liberdade, de apresentar todo seu entendimento, expor sua opinião sobre os questionamentos acerca da relação do cuidar e educar docente.

Para a análise qualitativa dos dados foi utilizado uma tabela de amostragem para caracterizar a pesquisa, contendo a informações objetivas e subjetivas numa frequência absoluta e relativa.

A pesquisa realizou-se respeitando os aspectos éticos dos seres humanos, determinada pela Resolução 196 de 10 de Outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, que dispõe sobre a realização de pesquisas com seres humanos (BRASIL, 1996).

## 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Iniciamos nossa discussão apresentando os dados referentes ao entendimento do que seja educação inclusiva (questão 1), já que no capítulo 4 “Aspectos metodológicos” da pesquisa abordamos a identificação das professoras entrevistadas.

<b>QUADRO 1- Questão 01</b>	
Para você o que é educação inclusiva?	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	É envolver crianças com deficiência e crianças normais em uma sala de aula e desenvolver as atividades e fazendo com que exista o respeito entre as diferenças.
<b>B</b>	É quando um aluno deficiente é incluído numa escola normal.
<b>C</b>	É um processo em que se aplica a participação de todas as crianças nos estabelecimentos de ensino regular.
<b>D</b>	É incluir as crianças deficientes junto com as crianças normais.
<b>E</b>	É a educação oferecida para alunos deficientes na escola regular de ensino.

De acordo com as respostas das professoras podemos observar que as informantes demonstram certo reconhecimento sobre o que seja educação inclusiva, isto é, em suas respostas as participantes reconhecem que esse tipo de educação diz respeito a envolver, aumentar a participação dos estudantes e a redução de sua exclusão cultural, seja exclusão por deficiência ou não, e que requer mudanças na estrutura da escola e na metodologia educacional.

De acordo com Booth e Ainscow (2000, p.64) a educação inclusiva se caracteriza como:

\*A educação inclusiva implica processos para aumentar a participação dos estudantes e a redução de sua exclusão cultural, curricular e comunitária nas escolas locais.

\*A inclusão implica reestruturar a cultura, políticas e as práticas dos centros educacionais, para que possam atender à diversidade dos alunos de suas respectivas localidades.

\*A inclusão se refere à aprendizagem e à participação de todos os estudantes vulneráveis que se encontram sujeitos à exclusão, não somente aqueles com deficiência ou rotulados como apresentando necessidades educacionais especiais.

\*A inclusão visa à melhoria das escolas, tanto em relação ao corpo docente como aos alunos.

\*A inclusão diz respeito ao esforço mútuo de relacionamento entre estabelecimento de ensino e suas comunidades.

\*A educação inclusiva é um aspecto da sociedade inclusiva (Booth e Ainscow, 2000, p.64).

Na perspectiva de Booth e Ainscow (2000) a educação inclusiva é um processo de mudanças no âmbito educacional, e as professoras pesquisadas têm conhecimento sobre isso, embora ainda transpareça a ideia de que incluir é apenas juntar alunos deficientes em uma sala de alunos “normais”, as professoras se aproximam do que seja educação inclusiva quando afirma que é uma prática que deve “envolver crianças com deficiência e crianças normais em uma sala de aula e desenvolver as atividades e fazendo com que exista o respeito entre as diferenças “como afirma a professora A.

<b>QUADRO 2- Questão 02</b>	
Você se considera preparado (a) para trabalhar com crianças deficientes?	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Não
<b>B</b>	Não
<b>C</b>	Não
<b>D</b>	Não
<b>E</b>	Não

Nesta questão verificamos que nenhuma professora, mesmo tendo conhecimento do que seja educação inclusiva, não se considera preparada para trabalhar com crianças deficientes, até porque apenas o conhecimento da definição de educação inclusiva não é um

aspecto que torne alguém preparado para o trabalho inclusivo. Se o professor não tem formação, terá pouca habilidade para lecionar para crianças deficientes de forma inclusiva apresentando dificuldades em exercer o seu trabalho.

Conforme os termos do Parecer CNE/CEB 26/2003, DO Conselho Nacional de Educação: Todos os cursos de formação, de Magistério às Licenciaturas, devem dar-lhes a consciência e a preparação necessárias para que recebam, em suas salas de aula, alunos com e sem deficiência. Então vemos a necessidade do professor se qualificar para oferecer educação de qualidade na escola inclusiva. (MANTOAN, 2007, p.36)

A formação dos professores é de fundamental importância na área de educação inclusiva, pois assim, os docentes terão capacidade de receber em suas salas de aula as crianças deficientes e oferecer educação de qualidade sem excluir de suas atividades porque não tem formação adequada para atuar com a inclusão.

<b>QUADRO 3- Questão 03</b>	
A escola que você trabalha oferece estrutura física e materiais adequados para a prática de uma educação inclusiva? Quais?	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Não
<b>B</b>	Não
<b>C</b>	Não
<b>D</b>	Não
<b>E</b>	Não

Diante das respostas apresentadas pelos sujeitos pesquisados (Ver Quadro 02) verificamos que a maioria todos os participantes afirmaram que a escola não apresenta estrutura apropriada para uma prática de uma educação inclusiva, isso mostra que as escolas não têm espaços disponíveis para a prática de tais atividades. Infelizmente essa realidade dos espaços físicos das instituições em questão dificulta um pouco a prática do professor no contexto escolar.

Essa questão nos mostra o despreparo da escola regular de ensino e o desrespeito para com a inclusão, pois se a escola não tem estrutura, nem materiais adequados, fica realmente

difícil a inclusão dos deficientes. E isso é muito preocupante tornando-se importante que todos envolvidos no processo educacional tenham a preocupação de investir de forma a dar suporte nesse aspecto do espaço físico.

Booth e Ainscow destacam que: “a preocupação em superar as barreiras antepostas ao acesso e, em especial, à participação do aluno, pode servir para revelar as limitações de caráter mais geral da instituição de ensino, quando do atendimento à diversidade dos alunos”. Para isso tanto o professor quanto a escola deve se preparar para a inclusão.

<b>QUADRO 4- Questão 04</b>	
Que metodologia você considera adequada para desenvolver o trabalho com crianças com necessidades especiais em sala de aula?	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Atividades lúdicas e com a utilização de jogos.
<b>B</b>	Atividades lúdicas.
<b>C</b>	A mesma em que utilizo para os alunos do ensino regular, levando em consideração a necessidade de cada um.
<b>D</b>	Acho que a mesma metodologia usada para as crianças normais, sendo que, com uma atenção bem maior para a criança especial, e para isso, deve ter dois professores na sala.
<b>E</b>	As atividades lúdicas, com a utilização de jogos educativos apropriados para tal deficiência.

Na pergunta 04 onde pedimos que citassem metodologias que consideram como adequada para desenvolver o trabalho com crianças com necessidades especiais, atividades lúdicas foram destacados nas respostas. Para essas educadoras as atividades lúdicas são de fato ferramentas importantes no processo de aprendizagens e desenvolvimento das crianças podendo interferir nos contextos educacionais diversificando-os de acordo com a faixa etária, os interesses, motivações e necessidades dos educandos.

De fato, as atividades lúdicas e os jogos são favoráveis tanto para a educação infantil como para a prática de inclusão. Em outras respostas (Professores C e D) foi mencionada”a mesma metodologia utilizada para as outras crianças nesse sentido entendemos que é

importante desenvolver um trabalho de forma que inclua toda a turma e que crianças deficientes participem das mesmas atividades que as crianças “normais”. No entanto, torna-se necessário que se tenha ajudante em sala de aula, como foi mencionada na resposta de uma das participantes ( professor D) da pesquisa, tornando se esse um fator importante, pois de acordo com a essa nova modalidade de ensino requer pelo menos um professor e um auxiliar na sala de aula.

De acordo com Booth e Ainscow (2000), a prática inclusiva deve levar em conta: À diversidade de necessidades, interesses e estilos de aprendizagem. Que os conteúdos e as atividades de aprendizagens sejam acessíveis a todos os alunos e alunas. Desenvolver um conjunto de atividades que promovam a compreensão, a aceitação e a valorização das diferenças. Promover a participação ativa dos alunos e alunas ao longo de sua aprendizagem. E as atividades estimulem a aprendizagem cooperativa entre os alunos e alunas. A avaliação seja um instrumento conquistador de todos os alunos e alunas. Que a disciplina na sala de aula se baseie no respeito mútuo.

O planejamento, desenvolvimento e a revisão do ensino realizam-se de forma colaborativa. Que os professores incentivem a aprendizagem e a participação de todos os alunos e alunas, e os de apoio facilitem a aprendizagem e a participação de todos os alunos. E as atividades de casa contribuam para o desenvolvimento da aprendizagem e que nenhum aluno fique de fora das atividades fora da sala de aula.

<b>QUADRO 5 - Questão 05</b>	
<p>Você percebe a inclusão no contexto da escola do campo em classes “normais” como:</p> <p>( ) obrigatório</p> <p>( ) gratificante</p> <p>( ) sem importância</p> <p>( ) não oferece nenhuma contribuição</p>	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Gratificante.
<b>B</b>	Gratificante.
<b>C</b>	Obrigatório.
<b>D</b>	Obrigatório.
<b>E</b>	Obrigatório e gratificante.

Sobre como percebem a inclusão no contexto da escola do campo em classes “normais” das 5 professoras pesquisadas, duas (A-B) em suas respostas demonstram afinidade em trabalhar de forma inclusiva, pois optando pela resposta “gratificante” elas deixam de fora uma visão de um trabalho obrigatório, mas sim feito com prazer, com amor, o que consequentemente irá proporcionar um trabalho mais dedicado. Enfatizamos também que é gratificante para a criança com deficiência estudar numa escola normal, sendo dotada de direitos iguais e vista sem discriminação de qualquer natureza ou ato indevido contra a pessoa.

Outras duas (C-D) em suas respostas afirmaram perceber a inclusão como “Obrigatória”, e apenas uma (E) optou por “obrigatório e gratificante”. Pelas suas respostas percebemos que elas são conhecedoras da obrigatoriedade de uma educação inclusiva, e de que tendo ou não qualificação não se pode excluir uma criança no ambiente escolar ou não.

Os documentos legais que asseguram o princípio de inclusão citados nesse texto, estabelecendo normas e princípios para com a inclusão das pessoas com necessidades educacionais na escola regular, torna-se obrigatório à inclusão mesmo que as escolas e os professores não estejam preparados. Mas isso não é motivo para ficarmos isolados. Precisamos buscar junto com os governos alternativas que incentive os poderes públicos municipal, estadual e federal a se mover em prol às mudanças no sistema educacional.

Ainscow (2001) considera vários fatores que podem contribuir no desenvolvimento da prática inclusiva, dentre eles estão:

Utilizar as práticas e os conhecimentos usuais como pontos de partida para o aperfeiçoamento educacional; Contemplar as diferenças como oportunidades de aprendizagem e não como problemas a solucionar;  
Analisar os obstáculos que se antepõem à participação dos alunos;  
Utilizar eficazmente os recursos disponíveis para apoiar a aprendizagem;  
Desenvolver a linguagem da prática;  
Criar condições para que os docentes não sintam temor ao desenvolver novas práticas pedagógicas (Ainscow 2001, p. 114)

Diante desses fatores torna-se claro que determinar a obrigatoriedade da recepção de alunos especiais em salas de alunos “normais” não é suficiente, e que outros aspectos precisam ser contemplados.



<b>QUADRO 6 - Questão 06</b>	
<p>Das opções apresentadas marque as que você considera como benefícios que a educação inclusiva pode trazer para a educação infantil:</p> <p>( ) garantia de cidadania</p> <p>( ) socialização entre as crianças normais e deficientes</p> <p>( ) bom desempenho nas atividades</p> <p>( ) direitos e oportunidades iguais</p> <p>( ) progresso na aprendizagem da turma</p> <p>( ) igualdade de oportunidades</p>	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Garantia de cidadania, socialização entre as crianças normais e deficientes, direitos e oportunidades iguais, igualdade de oportunidades.
<b>B</b>	Garantia de cidadania, socialização entre as crianças normais e deficientes, bom desempenho nas atividades, direitos e oportunidades iguais, igualdade de oportunidades.
<b>C</b>	Garantia de cidadania, socialização entre as crianças normais e deficientes, direitos e oportunidades iguais.
<b>D</b>	Socialização entre as crianças normais e deficientes, direitos e oportunidades iguais, igualdade de oportunidades.
<b>E</b>	Garantia de cidadania, socialização entre as crianças normais e deficientes, direitos e oportunidades iguais, igualdade de oportunidades.

As respostas das professoras revelaram que todas as entrevistadas têm consciência da importância do trabalho com a educação inclusiva e dos vários benefícios que proporciona ao desenvolvimento cognitivo da criança. Cada participante apresentou esses benefícios de uma

maneira peculiar, porém todas as concepções se concluem no desenvolvimento global da criança.

Assumir a diversidade na escola atual significa conceber que cada criança tenha uma história única, que foi construída partindo dos acontecimentos de sua vida como: Local de nascimento de cada criança, classe social a que pertence; O tipo de família a que pertence; Que tipo de brincadeira gosta que brinquedos tem e que gostaria de ter para brincar; Quando começou a ter acesso à escola; Saber se tem alguma dificuldade de ordem particular como poliomielite, nasceu surdo, tem baixa visão (PEREIRA & FERREIRA, 2012, p. 23)

É muito importante para a criança que os educadores faça esse diagnóstico, pois assim ficamos sabendo como é a cultura de cada criança, e podemos educa-las respeitando a individualidade de cada uma, porque as crianças tem sua individualidade que deve ser respeitada na escola. Dessa forma, elas aprendem a valorizar sua própria cultura, conhece a diversidade cultural existente na escola e obtém a alta-estima.

<b>QUADRO 7 - Questão 07</b>	
Você já teve ou tem algum aluno com necessidades especiais?	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Sim
<b>B</b>	Sim
<b>C</b>	Sim
<b>D</b>	Sim
<b>E</b>	Sim

Como mostra os dados do quadro 09, todas os participantes tiveram ou têm alunos com necessidades especiais, mesmo tendo destacado em outra resposta (Questão 2) que não se considera preparado (a) para trabalhar com crianças deficientes.

A inclusão é legalizada, pois existem vários documentos, onde alguns já citamos nesse texto que obriga a escola regular efetuar a matrícula do aluno deficiente. Um deles é o Decreto, nº 3.298, de dezembro de 1999 que em seu artigo 24, inciso I está decretado que “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capaz de se integrar na rede regular de ensino”. Dessa forma

muitos professores que não têm formação nessa área lecionam para crianças deficientes (BRASIL 1999).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica estabelece que todos os níveis de ensino para deficientes sejam oferecidos preferencialmente no ensino regular. Dessa forma muitos professores que não têm formação nessa área leciona para crianças deficientes.

<b>QUADRO 8 - Questão 08</b>	
Você propicia o contato das crianças especiais com as outras, assim estimulando a integração entre as mesmas?	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Sim
<b>B</b>	Sim
<b>C</b>	Sim
<b>D</b>	Sim
<b>E</b>	Sim

Nesta questão, todas as professoras responderam que propiciam o contato das crianças especiais com as normais. E isso é relevante a educação inclusiva, pois se o aluno especial ficar incluído com as demais, todos se sentirão iguais. Dessa forma, o trabalho do professor ficará mais fácil, pois quando as crianças interagem, sentem prazer em estudar, interagem e crescem juntas em nível de aprendizagem e socialização.

Um aluno com grandes limitações provavelmente não vai aprender tudo o que outros colegas poderão assimilar durante o processo educativo, mas ele vai se beneficiar da convivência social e pode se beneficiar também, a seu modo e segundo suas possibilidades intelectuais, dos conteúdos curriculares trabalhados na sua sala de aula (MANTOAN, 2007, p. 58)

Dessa forma fica evidente que é importante para a criança deficiente se socializar, pois mesmo não aprendendo tudo que os outros colegas aprendem, com a convivência com os alunos “normais”, poderão ir se desenvolvendo, aprendendo a seu modo, a partir da integração com os outros. Assim, destacamos que durante essa interação o professor que

também é observador vai vendo estratégias para facilitar a aprendizagem da criança deficiente sem excluí-la das atividades.

<b>QUADRO 9 - Questão 09</b>	
Você concorda que a inclusão tem fundamental importância na educação infantil? Justifique sua resposta:	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Sim, porque a partir do momento que acontece a inclusão, existe a socialização e o desenvolvimento e a troca de sentidos e acontece a interação com os demais.
<b>B</b>	Sim, porque quando existe a inclusão de crianças especiais na escola regular, garante oportunidade de melhor desenvolvimento.
<b>C</b>	Sim, porque dar oportunidades das crianças com necessidades especiais aprender com as outras crianças.
<b>D</b>	Sim, porque quanto mais cedo às crianças se relacionarem com outras crianças, melhor será para que elas tenham um futuro sem discriminação.
<b>E</b>	Sim, porque tanto as crianças deficientes quanto as normais vão crescendo vendo a igualdade de direitos entre elas.

As respostas apresentadas no quadro 9 apresentam uma credibilidade com relação a importância da inclusão em turmas de educação infantil como atitudes que estimulam a aprendizagem, competência e habilidade da criança, pois a partir dos dados obtidos todos os sujeitos da pesquisa acreditam que a inclusão em diferentes situações educacionais favorece o processo de desenvolvimento da criança e aquisição de conhecimentos.

Para as crianças deficientes a inclusão propicia a igualdade de direitos e um bom desenvolvimento educacional, já que podem aprender juntas e dessa forma, tanto as crianças normais como as deficientes se socializam e aprendem com o outro, pois devemos salientar

que a inclusão se der logo na infância é evidente que ambas se vejam como sujeitos de direitos iguais.

<b>QUADRO 10 - Questão 10</b>	
Como você analisa a inclusão de crianças especiais nas classes comuns no desenvolvimento educacional?	
( ) Importante                      ( ) Muito importante                      ( ) Sem importância	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Importante
<b>B</b>	Importante
<b>C</b>	Muito importante
<b>D</b>	Importante
<b>E</b>	Importante

Sobre a inclusão de crianças especiais nas classes comuns no desenvolvimento educacional (Ver Quadro 10), a maioria dos participantes analisa essa prática como importante. Apenas a professora C analisa esse uso como muito importante. Assim todas as professoras sinalizam que não se pode negar que a inclusão é importante ou muito importante, pois dar direito da criança deficiente se escolarizar junto com as normais, deixando de ser excluída, mas sim tendo os mesmos direitos e oportunidades de se preparar para a vida em sociedade, exercer uma profissão digna de sua pessoa, sem ser visto como um coitadinho. Nesse contexto:

Incluir significa romper com o atual paradigma educacional, buscar um caminho para que a escola possa fluir, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. E se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças (BARROCAL, 2011, p. 09)

Na perspectiva da autora, vimos que incluir é romper com a educação atual buscando uma educação para todos. Mas para isso, ela ressalta que a escola inclusiva tem urgência de

acontecer para que todos se englobem em prol da cidadania reconhecendo e valorizando as diferenças. Portanto, o paradigma educacional atual ainda não está voltado para a educação inclusiva, porque as mudanças no sistema educacional são muito lentas.

<b>QUADRO 11 - Questão 11</b>	
A secretaria de educação municipal oferece curso de capacitação nessa área? Caso a resposta seja sim, qual?	
<b>PROFESSORAS PESQUISADAS</b>	<b>RESPOSTAS DAS PROFESSORAS</b>
<b>A</b>	Não
<b>B</b>	Não
<b>C</b>	Não
<b>D</b>	Não
<b>E</b>	Não

No que podemos analisar com relação às professoras pesquisadas é que a inclusão faz parte do currículo escolar, mas esta muito distante de se conseguir êxito sobre o tema, pois não se tem incentivo de políticas públicas para capacitar e orientar os professores com relação a inclusão.

Todas elencaram a falta de capacitação sobre o tema, ficando evidente dessa forma, o despreparo com relação ao tema, que certamente merece mais atenção, seja pela equipe pedagógica, ou seja, pelos professores que precisam buscar subsídios para trabalhar com mais segurança em sala de aula.

Sobre a formação de professores Poker destaca que:

A formação de professores para a educação inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor necessita estar preparado para selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas de modo a atender, adequadamente, a todos os alunos. (POKER, 2003, p. 41)

Assim, enfatizamos que sem formação os professores correm o risco de não saber lidar com situações de inclusão, pois existem vários tipos de deficiência, e isso implica em saber elaborar também várias estratégias de ensino, que sem formação, o professor não saberá aplicar uma metodologia que atenda a todos os alunos por igual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar a pesquisa feita com os professores da educação infantil e o levantamento bibliográfico vale registrar a importância da prática pedagógica inclusiva como ferramenta para auxiliar o ensino/aprendizagem das crianças deficientes, pois é um tema que está muito presente no cotidiano escolar.

Verificamos ao analisar o questionário respondido pelas professoras que o tema inclusão ainda está muito distante de alcançar um lugar de destaque no currículo escolar. Os profissionais têm conhecimento básico sobre a importância de se trabalhar de forma inclusiva, mas unânimes em afirmar que não se consideram capacitados, e não tiveram formação para trabalhar com crianças deficientes, ou seja, não tiveram formação para trabalhar com a inclusão, se confirmando assim, nossa hipótese de que tanto as escolas quanto os professores da rede regular de ensino ainda não estão preparados, não têm conhecimento suficiente e nem suporte para atender crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil.

O foco desse trabalho científico é a prática do professor de Educação Infantil relacionada à inclusão de crianças com necessidades especiais em turmas “normais”, oportunizando ao professor refletir sobre a educação inclusiva de forma integradora, prazerosa e significativa.

Nos dias atuais a inclusão é discutível e nenhum educador pode deixar de abordá-la. Para que se tenha êxito é necessário que o professor e a escola caminhem juntos buscando um objetivo comum, propiciando as crianças uma prática e vivência integradora, inclusiva, bem como melhores condições de buscar sua própria felicidade e exercer a cidadania de forma coerente e consistente.

No decorrer dessa pesquisa ficou evidenciado através do aporte teórico a importância de uma fundamentação teórica e prática para se trabalhar com crianças com necessidade educacionais especiais na educação de forma inclusiva, considerando que os professores devem elaborar estratégias adequadas para integrar a criança deficiente na escola regular de ensino, de forma que o deficiente interaja com as crianças “normais” nas atividades propostas na escola.

Consideramos também que uma escola inclusiva deve estar bem estruturada fisicamente e pedagogicamente para que as crianças deficientes tenham acessibilidade no âmbito educacional e que os professores devem receber orientações didáticas com



conhecedores do assunto sobre o trabalho inclusivo durante o planejamento de ensino, para que sua aula seja integradora e prazerosa para todas as crianças.

Verificamos também que as escolas públicas investigadas não dispõem de estrutura adequada para receber crianças deficientes, mesmo assim há crianças matriculadas nessas escolas, até porque, de acordo com as leis não se pode recusar.

Nessas condições, destacamos que dificilmente se desenvolverá um trabalho realmente inclusivo, pois se uma escola não tem acessibilidade, nem os professores são preparados para a perspectiva de inclusão, é evidente que o aluno deficiente não se sinta incluído nessa escola.

O resultado da pesquisa mostra que os professores têm consciência da importância da inclusão, e que enfrentam muitas dificuldades relacionadas à formação, estrutura escolar, apoio técnico, que desconhecem metodologias adequadas à inclusão.

Nessa perspectiva Mantoan (2007, p. 45) destaca que:

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados à mudança de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais).

Dessa forma, as crianças não estão incluídas se simplesmente estudarem numa escola normal ou em uma classe especial.

Os resultados da pesquisa comprovam a deficiência em se trabalhar de forma inclusiva por falta de políticas públicas para o avanço do tema na escola, pois os professores não recebem nenhuma orientação, não fazem capacitações e trabalham aleatoriamente.

Salientamos que o paradigma da educação inclusiva proporciona a igualdade de direitos e o respeito às diferenças, mas requer um olhar positivo as pessoas vulneráveis a exclusão para que a inclusão se torne realidade. E para isso, é preciso que as escolas sejam estruturadas, os professores estejam capacitados e estejam sempre participando de formação continuada para que possam oferecer um ensino de qualidade, com metodologias reflexivas no ensino e aprendizagem das crianças.

Por fim, enfatizamos que a nossa pesquisa não deixa o tema concluído, tornando-se interessante um posterior aprofundamento afim de que haja um acervo maior sobre a abordagem da INCLUSÃO, e também para que haja uma maior abrangência do tema pesquisado.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, Marx. et al. **Crer condiciones para la mejora del trabajo em el aula**. Espanha: Ediciones Nercea, 2001.

BAYER Claudia A Educação Inclusiva: **resinificando conceitos e práticas da Educação Especial**. Revista, Brasília: 2004.

BLANCO, Rosa. **La Educación Inclusiva em América Latina**. Trabalho Apresentado no “Foro Mundial de Educação para Todos”, Senegal: Dakar, 2000.

BARROCAL, Naiara. **Inclusão na Educação Infantil**. Revista Educação Infantil. 2011

BOOTH, Ton AINSCOW, M. **Índice de Inclusión. Desarrollando el aprendizaje y la participación em las escuelas**. UNESCO, 2000.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1988

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Acessibilidade**. Lei n. 10.098 de dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei dos Portadores de Deficiência**. Lei n. 7853, de 24 de outubro de 1989.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília MEC/SEF. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes da educação Especial na Educação Básica**. (Decreto 3.298/1999). 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2001.

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar 2010**. Instituto Nacional Anísio Teixeira. Ministério da Educação. INEP. 2010

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria SEBES/MEC 948/2007, de 07/12/2008.

MARCUS, José; RAMOS, Marcos. **Diversidade e direitos humanos na Educação Infantil**. 2012.

FERREIRA Windy Brandão. **Rev. Eletrônica Iberoamericana sobre calidad, eficacia y cambio en educacion**. Vol.6, nº 2. 2008.

FERREIRA, Claudia Linhares **De docente para docente: Práticas de ensino para a diversidade na educação básica**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

FERREIRA, Windy Brazão. **Diversidade e direitos humanos na Educação Infantil**. Coleção Mandala. 2012.

\_\_\_\_\_. Windy Brazão. **Políticas Públicas de Inclusão da Pessoa com Deficiência: História, Direitos e Perspectivas Educacionais**. Trilhas do Aprendiz, v. 8, n. 1. 2011.

\_\_\_\_\_. **Pensamento, linguagem e ludicidade na Educação Infantil**. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

HAGUETTE, Teresa **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOPES, Nogueira. REVISTA NOVA ESCOLA, Nº. 257 NOVEMBRO – 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Egler Inclusão. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. Maria Teresa Egler. **Atendimento Educacional Especializado**, 2007.

\_\_\_\_\_. Maria Teresa Engler. **Educação Especial no Brasil – da inclusão à exclusão escolar**.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

NASCIMENTO, Dinalva Melo da Metodologia **do Trabalho Científico: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro (RJ): Forense, 2002.

POKER, R. B. **Pedagogia inclusiva nova perspectiva na formação de professores**. Educação em Revista, Marília, 2003.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Escola Inclusiva: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa: **Dilema do nosso tempo, globalização, multiculturalismo e conhecimentos**. Educação & Realidade. Porto Alegre. 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade Salamanca. Espanha, 1994. Disponível em: [portal.mec.gov.br/sebes/arquivos/pdf/Salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/sebes/arquivos/pdf/Salamanca.pdf).

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – Termo de **Anuência da Instituição/Autorização para a Pesquisa**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A**  
**DISTÂNCIA**

**Termo de Anuência da Instituição/Autorização para a Pesquisa**

---

Sra. Diretora Ana Francisca Cardoso

Com os nossos cumprimentos iniciais, vimos pelo presente, solicitar de Vossa Senhoria, a autorização para que a acadêmica GERTRUDES GALDINO DA SILVA, aprendente do Curso de Pedagogia, oferecido pela Universidade Federal da Paraíba na Modalidade a Distância (UFPB – Virtual), possa desenvolver a pesquisa monográfica intitulada: INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO. Para isso, será necessário a vossa colaboração, dando a permissão para que se possa coletar dados na EMEIF Professor Pedro Tôres, Zona Rural, município de São José de Espinharas-PB. Este trabalho será de importância fundamental para a realização da referida pesquisa e crescimento profissional da acadêmica, podendo intervir com novas metodologias para prática pedagógica relacionadas a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular de ensino.

Atenciosamente,

---

Gertrudes Galdino da Silva (Acadêmica)  
Universidade Federal da Paraíba/UFPB-Virtual

---

Prof<sup>ª</sup>. Andréa Torres Vilar de Farias (Orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba/UFPB-Virtual

Pombal-PB, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A**  
**DISTÂNCIA**



**Termo de Anuência da Instituição/Autorização para a Pesquisa**

---

Sra. Diretora Marluce Cunha Calado

Com os nossos cumprimentos iniciais, vimos pelo presente, solicitar de Vossa Senhoria, a autorização para que a acadêmica GERTRUDES GALDINO DA SILVA, aprendente do Curso de Pedagogia, oferecido pela Universidade Federal da Paraíba na Modalidade a Distância (UFPB – Virtual), possa desenvolver a pesquisa monográfica intitulada: INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO. Para isso, será necessário a vossa colaboração, dando a permissão para que se possa coletar dados na EMEIF Mariana Nóbrega de Sousa, Zona Rural, município de São José de Espinharas-PB. Este trabalho será de importância fundamental para a realização da referida pesquisa e crescimento profissional da acadêmica, podendo intervir com novas metodologias para prática pedagógica relacionadas a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular de ensino.

Atenciosamente,

---

Gertrudes Galdino da Silva (Acadêmica do)  
Universidade Federal da Paraíba/UFPB-Virtual

---

Prof<sup>ª</sup>. Andréa Torres Vilar de Farias (Orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba/UFPB-Virtual

Pombal-PB, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A**  
**DISTÂNCIA**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Título da Pesquisa:** Inclusão Escola na Escola do Campo.

**Pesquisadora responsável (Acadêmica):** Gertrudes Galdino da Silva

**Orientadora:** PRF<sup>a</sup> MS. Andréa Torres Vilar de Farias.

**Informações sobre a pesquisa:**

Como acadêmica do Curso de Pedagogia estou realizando um estudo de pesquisa com objetivo de analisar a prática do professor de Educação Infantil do Campo relacionada à inclusão de crianças com necessidades especiais em turmas “normais”. O interesse em desenvolver essa pesquisa surgiu enquanto professora da escola do campo ao observar crianças com necessidades especiais, matriculadas em escolas normais e presenciar a dificuldade em trabalhar com essas crianças. Diante disso senti a necessidade de conhecer mais sobre o tema, de pesquisar, de buscar aporte teórico que pudesse nos ajudar, pois sabemos que a proposta de inclusão social de alunos com necessidades especiais no ensino regular é hoje garantida pela legislação educacional brasileira.

A educação inclusiva favorece a criança deficiente o direito de igualdade e para a criança normal o respeito múltiplo, pois convivendo desde cedo com as diferenças, aprenderá a exercer seus direitos e deveres na sociedade. Nesta perspectiva anseiamos conhecer e analisar como os professores e profissionais da educação contemplam tamanha importância ao trabalho com a inclusão. A pesquisa se caracteriza como qualitativa com o propósito de buscar dados relevantes através da experiência de pessoas que vivenciam ou tem conhecimento sobre o tema voltado para

a prática pedagógica do educador na formação de conceitos da criança e sua aprendizagem no âmbito escolar. O corpus será composto a partir de um conjunto de dados formado através da aplicação de questionários semi-estruturado abordando a questão sobre o trabalho com a inclusão na escola regular de ensino.

A pesquisa apresenta como benefícios para a sociedade a contribuição para a melhoria do processo de ensino aprendizagem, uma vez que permitirá que os educadores conheçam e possam relacionar que metodologias podem atrapalhar ou contribuir nos processos pelos quais passam os aprendizes e que, a partir desse conhecimento, possam definir suas estratégias de ensino e, eficientemente, conduzir a um eficaz processo de ensino aprendizagem por meio da inclusão.

Solicitamos a sua colaboração respondendo os questionários que tratam sobre o tema da pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de ciências humanas e sociais ou em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa sempre haverá riscos, principalmente quando se lida com o discurso dos sujeitos.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificações na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa, tendo:

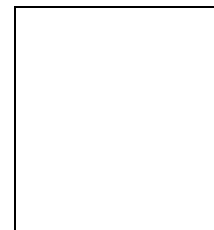
- 1 - A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas da entrevista antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.
- 2 - A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.
- 3 - A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou mesmo constrangimento moral e ético ao entrevistado.



4 - A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.

5 - A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda do pesquisador, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Diante do exposto, solicitamos o consentimento de sua participação voluntária no referido estudo, por meio da assinatura abaixo.



Pombal - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

---

Assinatura do participante

Espaço para  
impressão

Contato com o pesquisador responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora: **Gertrudes Galdino da Silva**

**ENDEREÇO: Rua Monsenhor Valeriano Pereira, nº 26, Malta - PB.**

**E-mail: gertrudsgaldino@hotmail.com**

**Telefone: (83)81027756**

**NOME DO ORIENTADOR: Andréa Tores Vilar de Farias**

**E-mail: andreatvilar@gmail.com**

Atenciosamente,

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

## APÊNCIDE C- QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A**  
**DISTÂNCIA**



Esse questionário propõe colher dados para enriquecimento de meu trabalho monográfico que tem como tema: **INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO**. Por motivos éticos, sua participação será sigilosa.

Responsável: **GERTRUDES GALDINO DA SILVA**

**QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA**

**I - Perfil do professor**

Nome fictício: \_\_\_\_\_

Sexo:

☐ feminino ☐ masculino

Idade:

☐ 18 a 25 anos ☐ 26 a 35 anos ☐ acima de 35 anos

Estado civil:

Casada (o) ☐ Solteira(o) ☐

Município que mora: \_\_\_\_\_

Nível de formação:

☐ magistério ☐ superior incompleto ☐ superior completo ☐ ensino médio

No caso de formação superior, qual, (is) o (s) curso (s)?

\_\_\_\_\_

Você tem curso de Especialização para atuar na educação infantil?

☐ Sim, Qual? \_\_\_\_\_

☐ não, por que? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo exerce a atividade de docente?

( ) menos de 1 ano ( ) de 1 a 5 anos ( ) de 6 a 10 anos ( ) há mais de 10 anos

## II- Relacionadas ao tema

1. Para você o que é Educação Inclusiva?

---

---

---

2. Você se considera preparado (a) para trabalhar com crianças deficientes?

( ) sim ( ) não

3. A escola que você trabalha oferece estrutura física e materiais adequados para a prática de uma educação inclusiva? Quais?

---

---

4. Que metodologia você considera adequada para desenvolver o trabalho com crianças com necessidades especiais em sala de aula?

---

---

---

5. Você percebe a inclusão escolar no contexto da escola do campo em classes “normais” como:

- ( ) obrigatório
- ( ) gratificante
- ( ) sem importância
- ( ) não oferece nenhuma contribuição

6. Das opções apresentadas marque as que você considera como benefícios que a educação inclusiva pode trazer para a educação infantil:

- ( ) garantia de cidadania
- ( ) socialização entre as crianças normais e deficientes

- ☐ bom desempenho nas atividades
- ☐ direitos e oportunidades iguais
- ☐ progresso na aprendizagem da turma
- ☐ igualdade de oportunidades

7. Você já teve ou tem algum aluno com necessidades especiais

- ☐ Sim                      ☐ Não

8. Você propicia o contato das crianças especiais com as outras, assim estimulando a integração entre as mesmas?

- ☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ As vezes

9. Você concorda que a inclusão tem fundamental importância na educação infantil?

- ☐ Sim                      ☐ Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

10. Como você analisa a inclusão de crianças especiais nas classes comuns no desenvolvimento educacional?

- ☐ Importante                      ☐ Muito importante                      ☐ Sem importância

11. A secretaria de educação municipal oferece curso de capacitação nessa área?

- ☐ Sim                      ☐ Não

Caso a resposta seja sim, qual? \_\_\_\_\_

---

Muito obrigada por ter participado da pesquisa